



Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

Na sequência da Consulta Pública n.º 9/2008, promovida pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), foi aprovada, no dia 4 de Dezembro, a Norma Regulamentar n.º 15/2008-R, que regula a divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de planos de poupança reforma (PPR) constituídos sob a forma de “contrato de seguro não ligado a fundos de investimento”.

Com a entrada em vigor desta Norma Regulamentar, as empresas de seguros que comercializam PPR devem reportar ao ISP um conjunto de informação sobre as comissões e rendibilidades de cada produto para efeitos de divulgação pública.

Nestes termos, o ISP criou um sistema de divulgação que permite coligir e apresentar essa informação, de forma sistematizada e de fácil acesso, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade da informação e reforço

da transparência, com o objectivo último de defesa dos interesses dos tomadores de seguro e beneficiários de PPR e dos consumidores em geral.

Este sistema de divulgação de informação consiste numa página no sítio do ISP na Internet, de onde consta um quadro comparativo, com informação sobre as comissões, encargos e rendibilidade de cada PPR constituído sob a forma de “contrato de seguro não ligado a fundos de investimento”, quer estes se encontrem ou não em fase de comercialização. Para cada um dos PPR é igualmente disponibilizada uma Ficha Individual Padronizada, com informação detalhada sobre as comissões e a rendibilidade.

O referido sistema de divulgação de informação sobre PPR foi disponibilizado no [sítio do ISP na Internet](#) no passado dia 31 de Dezembro de 2008. ■

XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

A XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL) decorreu entre 18 e 21 de Novembro, em Macau. Nesta Conferência foram abordados e amplamente debatidos temas de

de responsabilidade civil automóvel e crise financeira internacional, seu impacto no sector segurador e possíveis soluções.

Na Conferência, aberta ao sector segurador local, os representantes da Superintendência de Seguros Privados do Brasil (SUSEP), do ISP, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS) apresentaram os seguintes temas, respectivamente: “Regulamentação, Supervisão e política sobre o Microseguro no Brasil”, “Princípios Gerais da Better Regulation”, “Financial Education” e “Insurance Core Principles and IAIS Framework for Prudential Regulation”.



grande relevância para o mercado segurador lusófono, designadamente a crise da segurança social/sistemas alternativos de financiamento da reforma, *bancassurance*, branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, supervisão baseada no risco, seguro

Ainda neste contexto, é de assinalar o retorno da Guiné-Bissau à ASEL, após uma interrupção de dez anos, e a presença em conjunto, pela primeira vez, da IAIS e da OCDE nos trabalhos da Conferência, tendo em conta a actualidade e o interesse dos temas apresentados por estas organizações. ■

Actividade Regulatória Nacional

Contrato de Seguro

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

O impulso decisivo do processo de adaptação ao Regime Jurídico do Contrato de Seguro (RJCS), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 Abril, dos clausulados das apólices de seguro aprovadas pelo ISP e relativas a seguros obrigatórios teve lugar em Novembro e Dezembro de 2008, com a aprovação das Partes Uniformes das Apólices de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel, de Seguro Obrigatório de Incêndio e de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Caçador, pelas Normas Regulamentares n.º 14/2008-R, de 27 de Novembro, n.º 16/2008-R, de 18 de Dezembro, e n.º 20/2008-R, de 31 de Dezembro, respectivamente.

Esta fase inicial do processo de adaptação dos clausulados ao RJCS prosseguiu com a aprovação da Parte Uniforme da Apólice do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho para Trabalhadores por Conta de Outrem, já no início de 2009.

É de salientar que as apólices passam a integrar três partes representadas pelas:

- Disposições imperativas que não podem ser afastadas pelas partes;
- Disposições supletivas que podem ser afastadas pelas partes em qualquer sentido distinto do que está previsto na apólice uniforme;
- Disposições de imperatividade relativa que podem ser afastadas desde que num sentido mais favorável ao tomador do seguro, segurado ou terceiro lesado.

As Apólices "Responsabilidade Civil Automóvel", "Incêndio" e "Acidentes de Trabalho para Trabalhadores por Conta de Outrem" correspondem aos seguros de maior relevo social. Por outro lado, a Apólice "Responsabilidade Civil do Caçador" foi a modalidade escolhida (mercê da sua relevância) para padrão das demais Apólices relativas a seguros obrigatórios de responsabilidade civil. ■

Seguros Obrigatórios

Decreto-Lei n.º 195/2008, de 6 de Outubro - Procede à terceira alteração e à republicação do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de **licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis**.

Prevê, no n.º 3 do artigo 5.º, que, no âmbito do procedimento de controlo prévio, seja verificada a existência dos seguros de responsabilidade civil referidos nos artigos 13.º e 14.º.

Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro - Estabelece o **regime de exercício da actividade industrial (REAI)** e revoga o Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril, e respectivos diplomas regulamentares.

Estatui, no artigo 7.º, que o industrial deve celebrar um contrato de seguro que cubra os riscos decorrentes das instalações e das actividades exercidas em estabelecimento industrial incluído no tipo 1 ou no tipo 2, nos termos a definir através de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia e da agricultura. ■

Outra Legislação

Decreto-Lei n.º 211-A/2008, de 13 de Novembro - Aprova **medidas de reforço do limite de cobertura do Fundo de Garantia de Depósitos e do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e dos deveres de informação e transparência no âmbito da actividade financeira e dos poderes de coordenação do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros**.

Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 36/2008, de 4 de Agosto, **altera o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, **transpondo** parcialmente para a ordem jurídica interna a **Directiva n.º 2006/43/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa à **revisão legal das contas anuais e consolidadas**.

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 36/2008, de 4 de Agosto, **cria o Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria e aprova** os respectivos **Estatutos**, procedendo à **transposição** parcial da **Directiva n.º 2006/43/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativa à **revisão legal das contas anuais e consolidadas**.

Decreto-Lei n.º 237/2008, de 15 de Dezembro - No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 51.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, estabelece um **regime transitório de adaptação das regras de determinação do lucro tributável em sede de IRC à nova regulamentação contabilística aplicável ao sector segurador** e procede à segunda **alteração** ao Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, **dispensando as entidades seguradoras que aplicam o novo plano contabilístico da obrigação de manter a contabilidade organizada em conformidade com a normalização contabilística nacional**.

Portaria n.º 953/2008, de 16 de Dezembro (Ministério das Finanças e da Administração Pública - Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças) - Valor de **taxas a serem pagas a favor do Instituto de Seguros de Portugal**.

Foi aprovada em **Conselho de Ministros**, em 2 de Outubro, a **Proposta de Lei** que **revê o regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional**. ■

Regulamentação

Norma Regulamentar n.º 10/2008-R, de 9 de Outubro, publicada no Diário da República n.º 205, de 22 de Outubro de 2008, 2.ª Série, Parte E - Estabelece os **índices trimestrais** de actualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no 1.º trimestre de 2009.

Norma Regulamentar n.º 11/2008-R, de 30 de Outubro, publicada no Diário da República n.º 238, de 10 de Dezembro de 2008, 2.ª Série, Parte E - Visa actualizar e consolidar num único normativo as disposições relativas ao **processo de reporte de informação pelas empresas de seguros ao ISP**, para efeitos de supervisão.

Norma Regulamentar n.º 12/2008-R, de 30 de Outubro, publicada no Diário da República n.º 228, de 24 de Novembro de 2008, 2.ª Série, Parte E - Alteração da Norma Regulamentar n.º 6/2007, de 27 de Abril - Visa estabelecer um conjunto de **princípios** a utilizar na elaboração e análise das **projeções para efeitos de solvência** previstas na legislação em vigor.

Norma Regulamentar n.º 13/2008-R, de 6 de Novembro, publicada no Diário da República n.º 228, de 24 de Novembro de 2008, 2.ª Série, Parte E - Estabelece as condições mínimas a que deve obedecer o **seguro obrigatório de responsabilidade civil dos consultores para investimento** previsto no artigo 301.º do Código dos Valores Mobiliários.

Norma Regulamentar n.º 14/2008-R, de 27 de Novembro, publicada no Diário da República n.º 240, de 12 de Dezembro de 2008, 2.ª Série, Parte E - Aprova a **Parte Uniforme das Condições Gerais da Apólice de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel**.

Norma Regulamentar n.º 15/2008-R, de 4 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 252, de 31 de Dezembro de 2008, 2.ª Série, Parte E - Regula a **divulgação de informação sobre comissões e rendibilidade** relativa a **fundos de poupança reforma que financiam planos poupança reforma sob a forma de fundos autónomos** de uma modalidade de seguro do ramo Vida.

Norma Regulamentar n.º 16/2008-R, de 18 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 5, de 8 de Janeiro de 2009, 2.ª Série, Parte E - Aprova a **Parte Uniforme das Condições Gerais da Apólice de Seguro Obrigatório de Incêndio para as Fracções Autónomas e as Partes Comuns de Edifícios em Propriedade Horizontal**, bem como as respectivas **Condições Especiais Uniformes**.

Norma Regulamentar n.º 17/2008 - R, de 23 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 8, de 13 de Janeiro de 2009, 2.ª Série, Parte E - **Alteração** da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, que regulamentou o Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho (**novo regime jurídico do acesso e do exercício da actividade de mediação de seguros e de resseguros**).

(Continua)

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

Norma Regulamentar n.º 18/2008-R, de 23 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 8, de 13 de Janeiro de 2009, 2.ª Série, Parte E - Visa actualizar e consolidar num **único normativo** as disposições relativas ao **processo de reporte de informação ao ISP** para efeitos de supervisão da actividade das **sociedades gestoras de fundos de pensões** e dos **fundos de pensões** por elas geridos.

Norma Regulamentar n.º 19/2008-R, de 23 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 8, de 13 de Dezembro de 2009, 2.ª Série, Parte E - **Alteração** da Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de Maio, com vista a efectuar **ajustamentos pontuais** decorrentes dos desenvolvimentos internacionais relevantes em matéria de **solvência** e das recentes alterações promovidas nas **Normas Internacionais de Contabilidade**.

Norma Regulamentar n.º 20/2008-R, de 31 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 10, de 15 de Janeiro de 2009, 2.ª Série, Parte E - Aprova a **Parte Uniforme das Condições Gerais da Apólice de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Caçador**.

Norma Regulamentar n.º 21/2008-R, de 31 de Dezembro, publicada no Diário da República n.º 10, de 15 de Janeiro de 2009, 2.ª Série, Parte E - Proceda à actualização do normativo que regula o **pagamento** e os **procedimentos de envio de informação** relativa a **taxas** por parte das empresas de seguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões. ■

Outros Temas

■ Circulares

No quarto trimestre de 2008, o ISP publicou as seguintes Circulares:

▶ **Circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro** – **Imparidade e Incobabilidade de Activos Financeiros**.

▶ **Circular n.º 10/2008, de 16 de Dezembro** – Entendimento Relativo à **Classificação de Activos Financeiros no Novo Plano de Contas** para as Empresas de Seguros como **activos a deter até à maturidade**.

▶ **Circular n.º 11/2008, de 16 de Dezembro** – Entendimento Relativo ao **Reconhecimento da Imparidade no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros**.

▶ **Circular n.º 12/2008, de 31 de Dezembro** – Esclarecimentos Relativos à **Constituição da Provisão para Sinistros de Acidentes de Trabalho**.

■ Consultas Públicas

No último trimestre de 2008, o ISP promoveu as seguintes Consultas Públicas:

▶ **Consulta Pública n.º 7/2008, de 20 de Outubro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar que estabelece as **condições mínimas** a que deve obedecer o **seguro obrigatório de responsabilidade civil dos consultores para investimento**, na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 13/2008-R, de 6 de Novembro.

▶ **Consulta Pública n.º 8/2008, de 20 de Outubro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar que aprova a Parte **Uniforme da Apólice de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel**, na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 14/2008-R, de 27 de Novembro.

▶ **Consulta Pública n.º 9/2008, de 21 de Outubro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar relativa à divulgação de Informação sobre Comissões e Rendibilidade de Planos de Poupança Reforma (PPR), na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 15/2008, de 4 de Dezembro.

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

► **Consulta Pública n.º 10/2008, de 20 de Novembro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar para alteração da Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de Dezembro, relativa à **mediação de seguros**, na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 17/2008-R, de 23 de Dezembro.

► **Consulta Pública n.º 11/2008, de 2 de Dezembro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar relativa à aprovação da **Parte Uniforme das Condições Gerais**, e das **Condições Especiais**, da **Apólice de Seguro Obrigatório de Incêndio**, na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 16/2008-R, de 18 de Dezembro.

► **Consulta Pública n.º 12/2008, de 11 de Dezembro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar relativa à aprovação da **Parte Uniforme das Condições Gerais da Apólice de Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil do Caçador**, na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 20/2008-R, de 31 de Dezembro.

► **Consulta Pública n.º 13/2008, de 18 de Dezembro de 2008** - Projecto de Norma Regulamentar relativa à aprovação da **Parte Uniforme das Condições Gerais**, e das **Condições Especiais Uniformes**, da **Apólice de Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho por Conta de Outrem**, na sequência da qual foi emitida a Norma Regulamentar n.º 1/2009-R, de 8 de Janeiro. ■

Actividade Regulatória Internacional



No âmbito do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu, continuaram as discussões da **Directiva "Solvência II"**, cuja primeira versão foi publicada a 10 de Julho de 2007 e

posteriormente alterada, dando origem a uma nova proposta com data de 26 de Fevereiro de 2008 (COM(2008)119 final, substituída pela COM(2008)119 final/2, de 21 de Abril de 2008).

O último trimestre de 2008 constituiu a fase final da Presidência Francesa e culminou com a aprovação, no Conselho ECOFIN de 2 de Dezembro, de uma **proposta de compromisso**.

O ISP manteve ao longo de todo o trimestre os contactos necessários com o Ministério das Finanças de forma a dar apoio do ponto de vista técnico e assegurar soluções adequadas do ponto de vista prudencial.

Do texto aprovado no ECOFIN destacam-se, relativamente às versões anteriores, a eliminação do regime de supervisão dos grupos na parte relativa ao "group support" e a introdução de um sistema alternativo de cálculo do requisito de

Pilar 1 do risco de mercado, mais especificamente no que se refere ao risco accionista.

A nível do Parlamento Europeu, o calendário continua a ser cumprido, iniciando-se em breve os trólogos entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia.

A **Comissão Europeia** lançou uma consulta pública sobre Mecanismos Alternativos de Resolução de Litígios (incluindo a rede FIN-NET). O documento de consulta pública intitula-se **Alternative Dispute Resolution in the Area of Financial Services** e os contributos podem ser enviados até 27 de Fevereiro de 2009.

A **OCDE** lançou, no seu **website**, mais uma edição da newsletter "**Pension Market in Focus**", com especial enfoque no impacto da crise financeira nos fundos de pensões dos países da OCDE e algumas conclusões relativas às principais tendências no sistema privado das pensões entre 2001 e 2007.

No âmbito da turbulência nos mercados financeiros, e principalmente com os eventos do início do quarto trimestre de 2008, a **International Organisation of Pensions Supervisors (IOPS)** emitiu uma nota de imprensa relativa à reacção das autoridades de supervisão dos fundos de pensões à crise financeira global (**Pension Supervisors React to the Global Financial Crisis**).



No Jornal Oficial da União Europeia foram publicados:

► **Regulamento (CE) n.º 973/2008** da Comissão, de 2 de Outubro de 2008 e **Regulamento (CE) n.º 1216/2008** da Comissão, de 5 de Dezembro de 2008 - Alteram o Regulamento (CE) n.º 872/2004 do Conselho, que impõe novas medidas restritivas contra a Libéria.

► **Regulamento (CE) n.º 974/2008** da Comissão, de 2 de Outubro de 2008, **Regulamento (CE) n.º 1109/2008** da Comissão, de 6 de Novembro de 2008, **Regulamento (CE) n.º 1190/2008** da Comissão, de 28 de Novembro de 2008, **Regulamento (CE) n.º 1314/2008** da Comissão, de 19 de Dezembro de 2008 e **Regulamento (CE) n.º 1330/2008** da Comissão, de 22 de Dezembro de 2008 - Alteram, respectivamente, pela 99.ª, 100.ª, 101.ª, 102.ª e 103.ª vez o Regulamento (CE) n.º 881/2002 do Conselho, que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades associadas a Osama Bin Laden, à rede Al-Qaida e aos talibã.

► **Informação 2008/C 250/04** - Informação importante destinada aos organismos de pensões que operam no domínio da poupança-reforma ("terceiro pilar") (JO C 250 de 02/10/2008).

► **Processo de liquidação 2008/C 251/09** - Decisão de dar início a um processo de liquidação em relação à Black Sea and Baltic General Insurance Company Limited (Publicação em conformidade com o artigo 14.º da Directiva n.º 2001/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao saneamento e à liquidação das empresas de seguros) (JO C 251 de 03/10/2008).

► **Regulamento (CE) n.º 1004/2008** da Comissão, de 15 de Outubro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1725/2003, que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do

Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 39 e à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 7.

► **Regulamento (CE) n.º 1033/2008** da Comissão, de 20 de Outubro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 802/2004 de execução do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho relativo ao controlo das concentrações de empresas.

► **Decisão do Comité Misto do EEE n.º 79/2008**, de 4 de Julho de 2008, que altera o Anexo IX (Serviços Financeiros) do Acordo EEE (JO L 280 de 23/10/2008).

► **Decisão do Comité Misto do EEE n.º 80/2008**, de 4 de Julho de 2008, que altera o Anexo IX (Serviços Financeiros) do Acordo EEE (JO L 280 de 23/10/2008).

► **Decisão do Comité Misto do EEE n.º 81/2008**, de 4 de Julho de 2008, que altera o Anexo IX (Serviços Financeiros) e o Protocolo n.º 37 do Acordo EEE (JO L 280 de 23/10/2008).

► **Decisão-Quadro 2008/841/JAI** do Conselho, de 24 de Outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11/11/2008).

► **Decisão 2008/852/JAI** do Conselho, de 24 de Outubro de 2008, relativa à criação de uma rede de pontos de contacto anticorrupção (JO L 301 de 12/11/2008).

► **Rectificação à Posição Comum 2008/652/PESC** do Conselho, de 7 de Agosto de 2008 (JO L 285 de 29/10/2008), que altera a Posição Comum 2007/140/PESC que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 213 de 08/08/2008).

► **Decisão do Conselho 2008/801/CE**, de 25 de Setembro de 2008, sobre a celebração, em nome da Comunidade Europeia, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (JO L 287 de 29/10/2008).

► **Regulamento (CE) n.º 1126/2008** da Comissão, de 3 de Novembro de 2008, que adopta determinadas Normas Internacionais de Contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

(Continua)

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

► **Decisão do Comité Misto do EEE n.º 114/2008**, de 7 de Novembro de 2008, que altera o Anexo IX (Serviços financeiros) e o Anexo XIX (Protecção dos consumidores) do Acordo EEE (JO L 339 de 18/12/2008).

► **Regulamento (CE) n.º 1110/2008 do Conselho**, de 10 de Novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 423/2007 que impõe medidas restritivas contra o Irão.

► **Decisão 2008/842/PESC** do Conselho, de 10 de Novembro de 2008, que altera os Anexos III e IV da Posição Comum 2007/140/PESC que impõe medidas restritivas contra o Irão (JO L 300 de 11/11/2008).

► **Posição Comum 2008/843/PESC** do Conselho, de 10 de Novembro de 2008, que altera e prorroga a Posição Comum 2007/734/PESC, relativa a medidas restritivas contra o Uzbequistão (JO L 300 de 11/11/2008).

► **Posição Comum 2008/844/PESC** do Conselho, de 10 de Novembro de 2008, que altera a Posição Comum 2006/276/PESC que impõe medidas restritivas contra alguns altos funcionários da Bielorrússia (JO L 300 de 11/11/2008).

► **Posição Comum 2008/873/PESC** do Conselho, de 18 de Novembro de 2008, que renova as medidas restritivas contra a Costa do Marfim (JO L 308 de 19/11/2008).

► **Decisão 2008/922/PESC** do Conselho, de 8 de Dezembro de 2008, que dá execução à Posição Comum 2004/161/PESC que renova as medidas restritivas contra o Zimbabué (JO L 331 de 10/12/2008).

► **Regulamento (CE) n.º 1260/2008 da Comissão**, de 10 de Dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adopta certas Normas Internacionais de Contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 23.

► **Regulamento (CE) n.º 1261/2008 da Comissão**, de 16 de Dezembro de 2008, que

altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adopta determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que respeita à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 2.

► **Regulamento (CE) n.º 1262/2008 da Comissão**, de 16 de Dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adopta determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Interpretação 13 do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

► **Regulamento (CE) n.º 1263/2008 da Comissão**, de 16 de Dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adopta certas normas internacionais de contabilidade nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Interpretação 14 do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC).

► **Posição Comum 2008/959/PESC** do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008, que altera a Posição Comum 2008/586/PESC que actualiza a Posição Comum 2001/931/PESC relativa à aplicação de medidas específicas de combate ao terrorismo (JO L 338 de 17/12/2008).

► **Regulamento (CE) n.º 1274/2008 da Comissão**, de 17 de Dezembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que adopta certas normas internacionais de contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 1.

► **Aviso** à atenção das pessoas e entidades acrescentadas à lista referida nos artigos 2.º, 3.º e 7.º do Regulamento (CE) n.º 881/2002 do Conselho que institui certas medidas restritivas específicas contra determinadas pessoas e entidades associadas a Osama Bin Laden, à rede Al-Qaida e aos talibã, por força dos Regulamentos (CE) n.º 1109/2008 e (CE) n.º 1330/2008 da Comissão (JO C 330 de 30/12/2008). ■



Grupos de Trabalho do CEIOPS

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

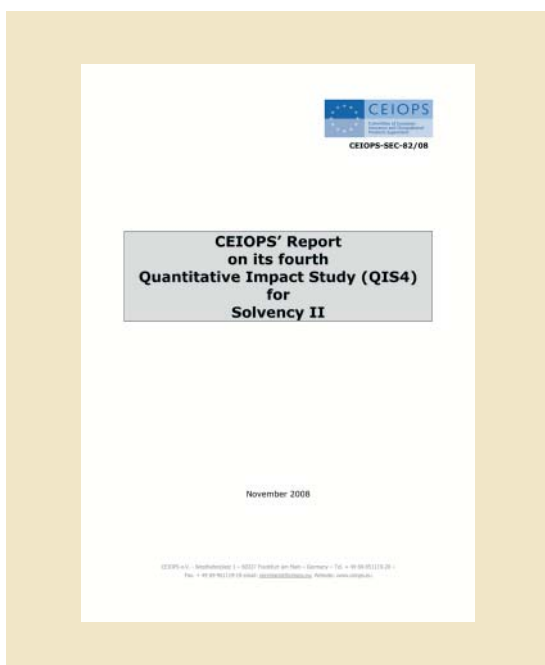
Os quatro grupos de trabalho do CEIOPS que se dedicam actualmente à temática do "Solvência II" (FinReq, IntMod, IGSRR e IGSC) têm vindo a concentrar-se essencialmente no desenvolvimento do aconselhamento à Comissão Europeia relativamente às medidas de implementação de Nível 2 (na arquitectura de Lamfalussy) face ao projecto de Directiva de Nível 1 ora em discussão. O prazo final de entrega deste aconselhamento é [Outubro de 2009](#).

Adicionalmente, o CEIOPS decidiu ainda solicitar a estes grupos que efectuassem uma análise das lições a retirar da actual crise financeira e avaliassem a necessidade de proceder a uma maior reflexão no que respeita à definição das referidas medidas de implementação de Nível 2 e respectivo aconselhamento à Comissão Europeia.

Estes grupos têm ainda vindo a dedicar-se à discussão e análise das matérias e opções a serem consideradas para efeitos do *Impact Assessment* às medidas de implementação.

► Financial Requirements Expert Group (FinReq)

Em linha com o [plano de trabalhos do grupo para 2009](#), neste trimestre a sua actividade concentrou-se essencialmente no desenvolvimento do aconselhamento à Comissão



Europeia das medidas de implementação de Nível 2.

Em particular no que respeita à temática das provisões técnicas Não Vida, o grupo FinReq solicita a cooperação do *Coordination Group on Non-Life Best Estimate*. Este último funciona em coordenação conjunta entre o CEIOPS e o *Groupe Consultatif Actuariel Européen*.

Adicionalmente, importa referir a publicação, a 19 de Novembro, do [relatório europeu](#) onde são apresentados os resultados do 4.º estudo de impacto quantitativo (QIS 4), do qual se destacam a elevada participação e interesse por parte das empresas europeias, a boa cooperação entre supervisores e indústria seguradora e a aceitação geral dos princípios basilares do Solvência II.

Foram ainda processadas as respostas dos vários Membros do CEIOPS ao questionário sobre a utilização de provisões de equalização no actual regime de solvência e perspectivas na transição para o Solvência II.

► Internal Models Expert Group (IntMod)

Em linha com o [plano de trabalhos para 2009](#), no quarto trimestre de 2008 o IntMod iniciou os trabalhos de redacção do aconselhamento para a Comissão Europeia sobre as medidas de implementação de Nível 2 do projecto de Directiva "Solvência II" relacionadas com a utilização de modelos internos.

Foram igualmente iniciados os trabalhos referentes à realização de um conjunto de pré-visitas, a efectuar em 2009, a um número seleccionado de empresas de seguros, as quais têm por objectivo a obtenção de informação adicional de suporte à redacção do referido aconselhamento à Comissão Europeia.

O grupo de trabalho deu ainda continuidade ao exercício de *stock take* ao mercado segurador que pretende recolher informação sobre os modelos internos que se encontram a ser desenvolvidos pelas empresas de seguros e pelos consultores.

► Internal Governance, Supervisory Review and Reporting Expert Group (IGSRR)

No âmbito deste grupo de trabalho foi finalizado o documento relativo aos requisitos em matéria de governação tendo em vista o desenvolvimento de medidas de implementação de Nível 2 ("*Issues Paper on Implementing Measures on System of Governance*"). O documento pretende dar aos

(Continua)

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

interessados a oportunidade de comentar sobre o nível de detalhe a incluir nas futuras medidas de implementação. A respectiva Consulta Pública, cujo [documento de suporte](#) foi publicado no *website* do CEIOPS, terminou no passado dia 12 de Janeiro.



Após analisados e discutidos os comentários recebidos relativamente ao *"Issues Paper on Own Risk and Solvency Assessment under the Solvency II Framework Directive Proposal"*, o grupo de trabalho elaborou uma nota de resposta (*"Issues Paper on ORSA - Feedback Statement"*) onde respondeu aos principais comentários efectuados durante o período de Consulta Pública.

Em linha com o seu [plano de trabalhos para 2009](#), o grupo tem vindo a debruçar-se sobre as questões relativas à temática dos requisitos adicionais de capital (*"capital add-ons"*).

Foi ainda finalizado um relatório, a dirigir ao ECOFIN, que incorpora um conjunto de observações preliminares acerca dos *standards* existentes actualmente nos diversos Estados membros relativamente à gestão de activos.

Na área da contabilidade, no decorrer do último trimestre de 2008, o grupo de trabalho centrou-se na discussão das futuras medidas de implementação de nível 2 relativas à avaliação de activos e passivos, que não provisões técnicas.

Este grupo de trabalho é ainda responsável pela elaboração de um estudo que pretende identificar as principais diferenças ao nível dos poderes atribuídos às autoridades de supervisão dos vários Estados membros e à forma como os mesmos são aplicados na prática. Esta análise deverá incluir também os poderes sancionatórios.

O objectivo final é comparar os poderes das autoridades de supervisão não só entre Estados membros, mas também entre os três subsectores do sector financeiro. Após a entrega dos relatórios pelos 3 Comitês de Nível 3, a Comissão Europeia deverá consolidar um relatório para o ECOFIN. Durante o último trimestre de 2008 foi concluído o respectivo [relatório preliminar](#) (*"Preliminary Findings on Supervisory Powers"*).

► Insurance Group Supervision Committee (IGSC)

O IGSC realizou um seminário em Trieste sobre o tema da supervisão dos grupos de seguros, com especial enfoque na temática do *"Group Support Regime"*. A participação do ISP neste seminário foi marcada pela apresentação do painel subordinado ao tema do *Public Disclosure* no âmbito do *"Group Support Regime"*.

Em linha com o seu [plano de trabalhos para 2009](#), este grupo continuou também os trabalhos e discussões nas temáticas do Colégio de Supervisores, cálculo do *group SCR*, consideração dos países terceiros para efeitos do cálculo da solvência do grupo, implementação de um *Memorandum of Understanding (MoU)* para efeitos de cooperação entre autoridades de supervisão financeira, coordenação das medidas de *enforcement*, concentrações de risco e transacções intragrupo consideradas significativas e desenvolvimento de um sistema de avaliação do risco para grupos de seguros.

► Financial Stability Committee (FSC)

Durante o quarto trimestre de 2008, a actividade desenvolvida por este grupo de trabalho foi a seguinte:

- Manteve-se o acompanhamento da evolução da crise financeira internacional, procurando-se responder às diversas solicitações de informação que foram sendo colocadas. Para melhorar o tempo de resposta a estas solicitações, foi criada uma equipa de trabalho especialmente dedicada a este tema (*Crisis Task Force*). Foram analisadas novas possibilidades de melhoria dos *templates* de recolha das exposições, bem como a eventualidade da sua actualização com referência a 31 de Dezembro de 2008;
- Compilação, revisão e publicação do relatório semestral de estabilidade financeira do sector segurador europeu (*"Autumn Report"*);
- Foram discutidas formas de melhorar quer a qualidade quer a actualidade dos dados

Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

recolhidos, neste último caso em especial no que toca aos fundos de pensões. Nesse sentido, foram efectuadas actualizações aos *templates* de reporte e iniciada a discussão em torno de novas metodologias de recolha de dados;

- Desenvolvimento da metodologia de *Impact Assessment* às medidas de implementação do regime Solvência II, a aplicar pelos vários grupos de trabalho, tendo por base a versão revista do documento "*Impact Assessment issues and policy options*".

► Occupational Pensions Committee (OPC)

No último trimestre de 2008, o comité continuou o seu trabalho de revisão do Protocolo de Budapeste e iniciou um novo tema de discussão sobre as práticas e regras de gestão de riscos nos fundos de pensões, assim como a sua forma de implementação. Foram igualmente abordados outros temas, tais como a Lei Social e Laboral aplicável aos fundos de pensões transfronteiriços e a recolha de informação financeira sobre os fundos de pensões, com o objectivo de analisar o impacto da evolução dos mercados financeiros.

► Committee on Consumer Protection (CCP)

Neste trimestre, os trabalhos do CCP continuaram a desenvolver-se, quer no âmbito do acompanhamento de questões especificamente relacionadas com a mediação de seguros, quer de questões transversais no contexto da protecção do consumidor, nos sectores sob supervisão do ISP.

Ao nível da mediação de seguros, sublinhe-se a continuação do processo de revisão do Protocolo de Luxemburgo relativo à colaboração entre autoridades de supervisão, em particular, no âmbito da Directiva n.º 2002/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Dezembro de 2002, relativa à mediação de seguros.

Tendo sido atribuída ao grupo de trabalho a missão de articular a execução dos compromissos vertidos no "*General Protocol relating to the Collaboration of the Insurance Supervisory Authorities of the Member States of the European Union*" (Protocolo de Siena revisto), assumidos por parte das autoridades de supervisão, esta constituiu uma das prioridades no período em causa.

São ainda de referir os seguintes pontos que foram apreciados pelo CCP:

- Exame das competências dos membros do grupo de trabalho em relação a aspectos que relevam em sede de protecção do consumidor (designadamente, conduta de mercado,

educação financeira, requisitos de informação, publicidade, condições de interesse geral, fundos de garantia no sector segurador, tratamento de reclamações e direito contratual dos seguros) e que se encontram inscritos no mandato do CCP, com vista à identificação de futuras áreas de intervenção;

- Levantamento das experiências nacionais ao nível dos requisitos de informação (de fonte legal e/ou regulamentar) aplicáveis aos contratos de seguro ligados a fundos de investimento (*unit-linked*);
- Exercício de compilação e análise de elementos estatísticos, com referência ao período 2006-2007, no plano das reclamações recebidas pelas autoridades de supervisão que são membros do grupo de trabalho contra os operadores sujeitos a supervisão.

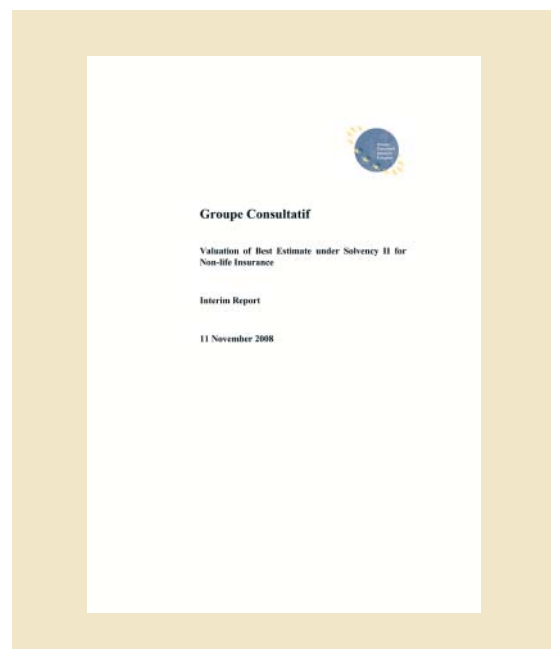
A informação relativa a ambos os protocolos pode ser encontrada no [website](#) do CEIOPS.

► CEIOPS Review Panel

O Review Panel preparou o plano de trabalho para 2009, que foi aprovado pela *Members' Meeting* do CEIOPS efectuada em Outubro de 2008. O exercício a efectuar em 2009 deverá incidir sobre os requisitos de troca de informação e cooperação entre autoridades de supervisão definidos nos Protocolos de Siena, Budapeste e Helsínquia.

► Coordination Group on Non-Life Best Estimate

Este grupo de trabalho resulta do novo mandato atribuído ao *Coordination Group on Proxies for the Best Estimate*, mantendo, no entanto, a mesma estrutura organizacional. O novo mandato traduz-se no alargamento do âmbito dos trabalhos, que



Sumário

Actualidades

- Sistema de divulgação de informação sobre comissões e rendibilidades de Planos de Poupança Reforma (PPR) sob a forma de seguros não ligados
- XII Conferência e 5.ª Assembleia Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL)

Actividade Regulatória Nacional

- Contrato de Seguro
- Seguros Obrigatórios
- Outra Legislação
- Regulamentação
- Outros Temas

Actividade Regulatória Internacional

- Síntese
- Jornal Oficial da EU
- Grupos de Trabalho do CEIOPS
- Outros Grupos de Trabalho
- Consultas Públicas

passam a incluir não apenas as aproximações simplificadas (*proxies*), mas também os princípios gerais e boas práticas actuariais relacionados com a estimação das provisões técnicas para os ramos Não Vida.

Este alargamento do mandato traduziu-se no aumento da importância deste grupo, que se reflectiu no maior envolvimento de vários países e no incremento do nível de cooperação com o grupo Não Vida do *Groupe Consultatif* que acompanha o projecto Solvência II. Como primeiro passo, o *Groupe Consultatif Actuariel Européen* elaborou e publicou o relatório "[Valuation of Best Estimate under Solvency II for Non-life Insurance](#)". ■

Outros Grupos de Trabalho

► Interim Working Committee on Financial Conglomerates (IWCFC)

No decurso deste trimestre, o IWCFC identificou, com base nos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho denominado *Financial Conglomerates Review Working Group* (FRWG), os temas que deverão ser objecto de subsequente análise no âmbito da revisão da Directiva dos Conglomerados Financeiros (FCD): definição de grupo, de *holding* financeira mista, de supervisão sectorial dos subgrupos no âmbito da FCD, de sector financeiro e correspondente aplicação dos limites estabelecidos.

Igualmente, deverão ser objecto de análise a definição de participações e as suas implicações para o âmbito de supervisão suplementar dos grupos identificados como conglomerados financeiros, as participações no contexto do risco de concentração e transacções intragrupo, bem como as participações no âmbito dos mecanismos de controlo interno e processos de gestão dos riscos.

A identificação das temáticas acima referidas foi discutida no âmbito de uma *round table* realizada entre o FRWG e a indústria no dia 16 de Dezembro.

► 3L3 Task Force on Internal Governance

A *Task Force on Internal Governance*, liderada por um representante do ISP em nome do CEIOPS, é constituída por elementos dos três comités de Nível 3 (CEIOPS, CEBS e CESR), tendo produzido no quarto trimestre um relatório preliminar que estabelece o plano de trabalho para o ano 2009.

No referido plano está prevista, em particular, a elaboração de um conjunto de análises que permitam efectuar o levantamento das situações de não convergência entre terminologia e/ou conceitos utilizados nas directivas da banca (*Capital Requirements Directive*) e dos mercados de capitais (*Markets in Financial Instruments Directive*), assim como no projecto de directiva Solvência II, na área dos sistemas de governação.

► European Enforcers Coordination Sessions (EECS)

O EECS é um grupo de trabalho que reúne as autoridades que, em cada Estado membro da União Europeia, são responsáveis pela supervisão da aplicação das IAS/IFRS.

Em linha com o seu mandato, este grupo de trabalho tem vindo a analisar e a discutir os casos apresentados pelos diferentes membros que exercem funções de *enforcers*, de modo a alcançar um elevado nível de coordenação e convergência das decisões de *enforcement* das IAS/IFRS.

Dado o actual enquadramento, as discussões estiveram especialmente centradas nas questões relacionadas com a mensuração dos instrumentos financeiros e a aplicação da imparidade. ■

CONSULTAS PÚBLICAS

Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors (CEIOPS)

- "*Issues Paper on Implementing Measures on System of Governance*" – até 12 de Janeiro de 2009

http://www.ceiops.eu/media/docman/public_files/consultations/IssuesPaper-on-Governance.pdf

Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors (CEIOPS)

- "*Alternative Dispute Resolution in the Area of Financial Services*" – até 27 de Fevereiro de 2009

http://ec.europa.eu/internal_market/consultations/docs/adr/adr_consultation_en.pdf